

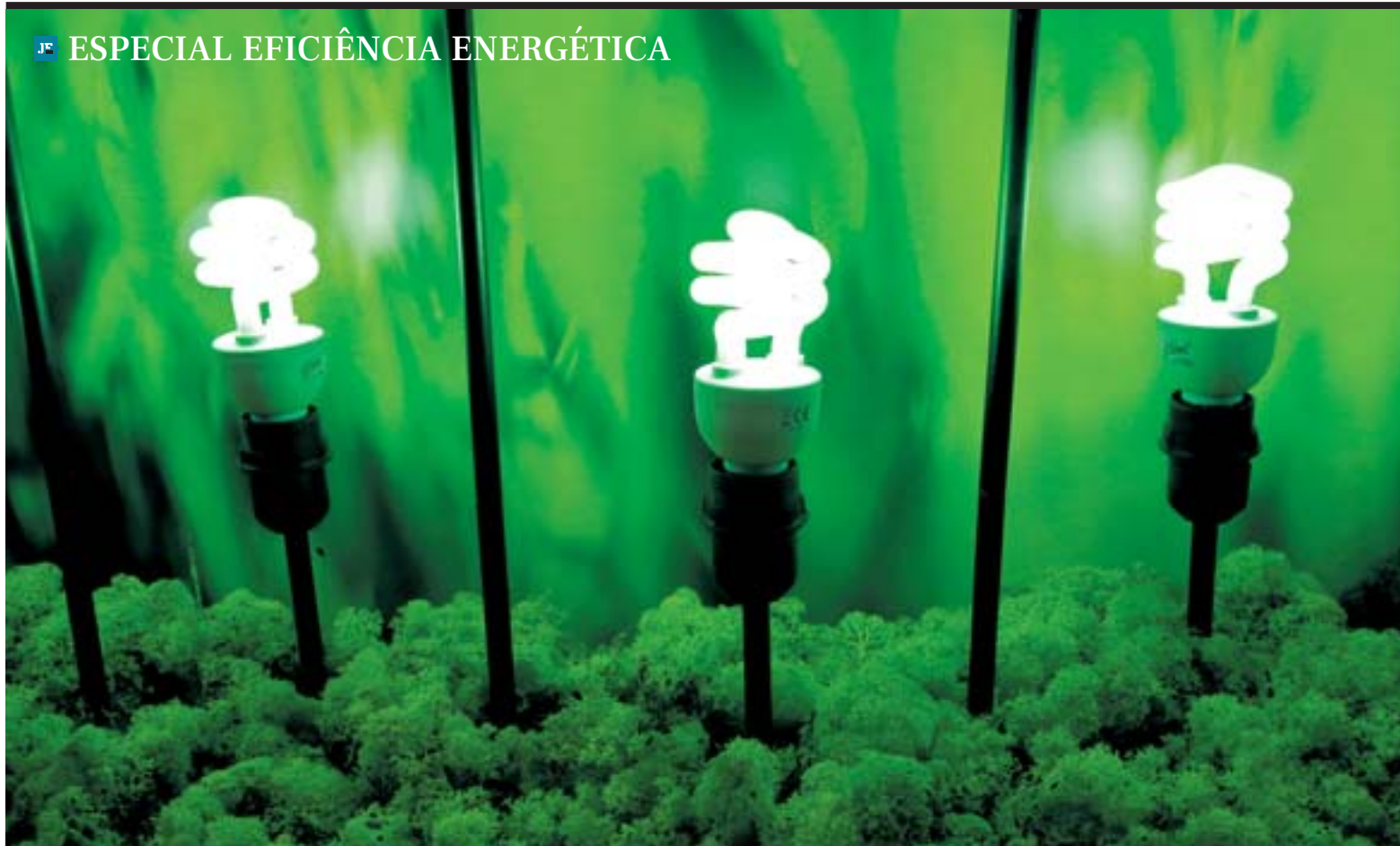
ESPECIAL

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Neutralidade carbónica: um caminho sem retorno

O mundo comprometeu-se. E desde então todos procuram a melhor das estratégias. O Acordo de Paris ditou um novo ritmo e a energia ganhou um outro papel no crescimento das economias. Em Portugal, as empresas já preparam 2030 e o Estado disponibiliza mais apoios financeiros e incentivos.





ENERGIA

A que ritmo caminha Portugal para a eficiência energética?

Portugal registou a segunda maior descida na evolução das políticas de eficiência energética, na União Europeia, desde 2012.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Segundo o relatório “Energy Efficiency Watch Survey”, fruto do inquérito a mais de 1100 especialistas europeus na área da eficiência energética, incluindo técnicos da associação ambientalista Zero, o desempenho revelado pelo nosso país é resultado das limitações da austeridade. Na comparação da situação de 2012 com 2015, Portugal desceu do 6.º para o 21.º lugar do ranking com os 28 Estados-membros, numa descida de 15 lugares, só ultrapassado por Malta, que caiu 22 posições.

O primeiro lugar da lista dos países eficientes nos gastos energéticos é agora ocupado pela Dinamarca e o segundo pelo Finlândia, que trocaram de posições entre 2012 e 2015, e a maior subida foi apresentada pelo Chipre, que passou de 22.º para 5.º lugar.

O objetivo do recente inquérito era ter a opinião dos especialistas

sobre o progresso das políticas públicas de eficiência energética, nos diferentes setores e nos respetivos países.

Em análise aos resultados, a Zero sublinha, em comunicado, que o “retrato de Portugal não é animador, Portugal está dentro do grupo que progrediu muito pouco desde 2012, aquando do primeiro relatório de progresso”.

Nesta análise, evidencia-se ainda o facto de as opiniões dos especialistas consultados em Portugal se dividirem na avaliação geral das políticas nacionais de eficiência energética. Para 60% são “pouco ambiciosas” ou identificam ambição somente em alguns setores; enquanto sobre o progresso daquelas políticas, nos últimos três anos, 70% defende que não houve avanços ou foram muito poucos e as políticas adicionais foram muito reduzidas.

Para os inquiridos, a falta de avanço nas políticas de eficiência energética em Portugal ficou a dever-se “à crise económica e ao resultado das

políticas de austeridade, que foram as grandes barreiras para o progresso nesta área, incluindo a redução do financiamento bancário”.

Para a Zero, o setor público foi “particularmente afetado pela crise financeira e a avaliação do progresso sobre o exemplo que os edifícios públicos devem dar em termos de reabilitação com medidas de eficiência energética ficou também entre os mais baixos ao nível

européu”, sendo que na habitação e nos serviços, o principal problema foi “a falta de incentivos financeiros para a melhoria da eficiência energética, nomeadamente na reabilitação dos edifícios”.

O documento refere ainda que um terço dos inquiridos defende que as metas de poupança de energia fixadas para os consumidores finais podem ser atingidas, enquanto 20% pensa que não será possível.

Prémio em dia de celebração

Na esfera pública, a mais recente iniciativa apresentada pelo Governo foi a de um prémio destinado à promoção da eficiência energética na Administração Pública - central e local -, com uma dotação orçamental no valor de cinco milhões de euros. Esta apresentação foi feita no Dia da Eficiência Energética, celebrado a 5 de março. Trata-se de uma iniciativa conjunta dos ministérios das Finanças e Economia, enquadrada, esclarece o ministério da Economia em comunicado, na

visão de que a eficiência energética “deve ser encarada como um compromisso estratégico e prioritário, assente num modelo racional e sustentável, dado o seu impacto na competitividade da economia e no ambiente”.

O Orçamento de Estado para 2017 prevê que, aos serviços e organismos da Administração Pública que apresentem maiores reduções de consumo energético em projetos ao longo do ano, possam ser atribuídos incentivos orçamentais em 2018.

Para o Governo, o setor público “deve ser um exemplo para os restantes setores da sociedade relativamente às metas estabelecidas no Plano Nacional para a Eficiência Energética, que fixa em 25% o objetivo de redução do consumo de energia primária e define uma meta específica para a Administração Pública de 30% do consumo de energia final”.

Indústria destaca-se no privado

Foram aprovados no início deste mês, pelo secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, 97 candidaturas ao abrigo do Aviso 19 – Promoção de Eficiência Energética na Indústria, que representam uma participação financeira de cerca de 1,6 milhões de euros, num investimento total que ronda 5,7 milhões de euros. Ao concurso, promovido pelo Fundo de Eficiência Energética (FEE) submeteram-se 148 projetos. A estimativa de energia primária evitada pelas 97 candidaturas aprovadas, e agora homologadas pelo Governo, é de 5594 toneladas equivalentes de petróleo por ano. Braga e Porto são as zonas do país com maior número de candidaturas, com 22 e 18, respetivamente. Seguem-se Lisboa e Aveiro, com 12 e 11 projetos. Por setores de atividade, a fabricação de têxteis lidera com 19 projetos, seguida da eliminação de resíduos, e da captação e tratamento de água, com 12 e 17 projetos. Este concurso insere-se na estratégia de dinamização da eficiência energética, que abrange várias áreas setoriais, como o Aviso 22 do FEE, aberto até dia 27 de abril, que se destina à indústria, agricultura, floresta e pescas, no valor de 1,35 milhões de euros, visando reduzir o consumo energético através da modernização e incremento da competitividade destes setores.

Encontram-se ainda em análise as candidaturas submetidas aos Avisos 20 e 21 do FEE, com uma dotação total de 2,6 milhões de euros, com o objetivo de promover a melhoria do desempenho energético de edifícios existentes, do setor residencial e de serviços, bem como a redução do consumo de energia do edificado do Estado, contribuindo também para a diminuição da despesa pública. ●

OTIS

United Technologies

GeN2™ Switch

Que dizer de um elevador de instalação tão simples que merece a designação de "Plug and Go"?

Que dizer de um elevador cujo consumo energético representa aproximadamente um terço do de um vulgar secador de cabelo?

Nada, a não ser:
Claro que é Otis!



Corrente Monofásica 220 V
500 watts de potência

Poupe
até
82%

Ou então, com recurso a painéis
fotovoltaicos...



Poupe
até
100%



Tecnologia também aplicável a equipamentos existentes

MEET 2030

Empresas preparam-se para alterações climáticas e energéticas

“Meet 2030: Energia, clima e crescimento económico – oportunidades de negócio em Portugal” desenvolve cenários e identifica oportunidades que criem vantagens competitivas para as empresas.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Está em curso, há sensivelmente seis meses, o mais recente projeto do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, o “Meet 2030: Energia, clima e crescimento económico – oportunidades de negócio em Portugal”.

O “Meet 2030”, desenvolvido em parceria com o Instituto Superior Técnico (IST), contando com a participação de vários *stakeholders*, entre os quais entidades públicas, organizações nacionais e internacionais, é um projeto com duração de um ano, compreendido entre outubro de 2016 e outubro de 2017, que se propõem a desenvolver cenários para Portugal em 2030 tendo em conta o compromisso nacional e europeu para alcançar a neutralidade carbónica; a identificar potenciais novos setores de atividade económica que poderão surgir neste contexto, bem como soluções com maior potencial valor acrescentado e contribuir para uma *policy action*, que permita definir prioridades estratégicas a nível nacional e internacional nesta matéria.

Empresas como a Amorim, Brisa, EDP, GALP, Gestamp e The Navigator Company estão envolvidas no Meet 2030 desde o início.

Segundo o BCSD, este projeto assenta num contexto de implementação do Acordo de Paris, e pretende identificar como pode o setor empresarial português vir a posicionar-se em 2030, utilizando por base metodológica o papel central da energia no crescimento económico, na competitividade dos setores e no desenvolvimento de novos modelos de negócio.

Sobre a designação “Meet 2030”, o Conselho explica que surgiu tendo em conta que vão convidar os seus associados a conhecer o futuro - o projeto vai identificar potenciais novos setores de atividade económica, novos produtos e processos, novas vantagens competitivas, no-



“

O ‘Meet 2030’ vai ser um projeto emblemático para o BCSD porque é absolutamente essencial que as empresas pensem estrategicamente sobre como posicionar-se de forma competitiva e sustentável no mercado a médio e longo prazo.

ANTÓNIO MEXIA

presidente da direção do BCSD Portugal e presidente executivo da EDP

vas oportunidades de novos negócios e novas áreas de exportação para as empresas portuguesas em 2030. O nome está em inglês para responder ao objetivo de projeção internacional.

Assente na componente de investigação, o “Meet 2030” tem como principal objetivo contribuir para a definição de prioridades estratégicas a nível nacional e internacional que possam levar a uma alteração fundamentada das políticas públicas.

Este projeto prevê a realização de quatro *workshops* (acaba de se realizar o segundo), abertos aos associados do BCSD, durante as quais as empresas são convidadas a imaginar a economia em 2030 através da reflexão sobre as estratégias empresariais e as incertezas associadas ao crescimento económico, e através da identificação das tecnologias que podem melhorar a eficiência energética em 2030, potenciando assim novos modelos de negócio.

Igualmente assente numa componente de investigação, o “Meet 2030” tem como principal meta contribuir para a definição de prioridades estratégicas a nível nacional e internacional que possam levar a uma alteração fundamentada das políticas públicas.

Aquando do lançamento deste projeto, em outubro último, António Mexia, presidente da direção do BCSD Portugal e presidente executivo da EDP sublinhou que “em conjunto, queremos encontrar caminhos para antecipar os desafios que a implementação do Acordo de Paris impõe. Só vamos conseguir diminuir as emissões de CO2 das economias e alcançar uma economia neutra em carbono na segunda metade do século se conhecermos bem a evolução histórica do crescimento económico e se não tivermos receio de sermos disruptivos na forma de fazer negócios. Os dados científicos de que dispomos hoje já são suficientes para tomarmos decisões. É isso que estamos empenhados em fazer no BCSD: aproximar a ciência às empresas e a economia à engenharia”. ●



ENTREVISTA

Eficiência energética: “a alavanca para novos modelos de negócio”

Diante da aceitação deste projeto junto dos empresários, Sofia Santos, secretária geral do BCSD Portugal, Tiago Domingos, professor associado do Técnico e António Alvarenga, diretor executivo da ALVA Research and Consulting, estão otimistas quanto à evolução até 2030.



SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Os resultados do “Meet 2030” só serão apresentados na Conferência Anual do BCSD 2017, agenda para 23 de novembro, em Lisboa. Mas para os responsáveis pelo projeto já é possível fazer um ponto de situação e antever alguns resultados.

O “Meet 2030” está em curso há sensivelmente 6 meses. Que balanço faz da implementação?

Sofia Santos: Um balanço muito positivo. Consta-se que as empresas estão interessadas em pensar o futuro de forma estruturada e em conjunto. O método que escolhemos para pensar o futuro de Portugal em 2030 é o método do *Scenario Planning*, o que implica

uma participação ativa de empresas, *stakeholders* e que imagina o futuro com base em conhecimento coletivo e não exclusivamente com base em *forecasts* estatísticos. Este é o método aconselhado para desenvolver estratégias, quando se vivem tempos de instabilidade como o atual. Um conjunto de 30 empresas associadas do BCSD estão a participar ativamente no projeto. Temos o apoio institucional do Ministério do Ambiente e, em breve, vamos iniciar reuniões de trabalho com várias entidades governamentais para que o resultado final seja uma visão comum de como pode Portugal criar emprego e crescer em 2030 numa economia de baixo carbono.

Nos *workshops*, quando são desafiados a elaborar uma estratégia, com que preocupações partem os empresários? Tem sido possível simplificar processos de forma a incentivá-los?

Sofia Santos: A preocupação de partida é responder à pergunta: como poderá Portugal crescer e criar empregos em 2030 numa economia de baixo carbono e que será neutra no final do século? Sendo uma pergunta complexa, o método do *Scenario Planning* ajuda-nos a criar um racional lógico de imaginar o futuro: as incertezas, as tecnologias que vingarão nesse contexto, e as atividades empresariais e estatais que poderão ser criadas nesses cenários.

António Alvarenga: Temos tentado, de facto, simplificar os processos e a linguagem, para conseguirmos uma maior abrangência nos conteúdos tratados. Em particular, estamos a identificar e caracterizar, em conjunto, as grandes incertezas que a economia portuguesa enfrentará a médio/longo prazo, considerando as suas manifestações setoriais e o contexto de descarbonização e de afirmação de novos paradigmas techno industriais, assentes no conhecimento e no digital. Este método é muito atrativo para as empresas e mesmo para estratégias nacionais. É ainda muito desconhecido em Portugal, mas é já muito utilizado por algumas grandes empresas e países como Singapura, França, Reino Unido entre outros.

Em matéria de eficiência energética, quais são as principais dificuldades das empresas? Que mais-valias lhe reconhecem?

Tiago Domingos: A dificuldade mais significativa é o custo muito superior de implementação de medidas de eficiência energética em equipamentos e estruturas já existentes. Em sentido oposto, as empresas estão-se a aperceber através do “Meet 2030” que a efi-

ciência energética é a alavanca para novos modelos de negócio, em que a geração de valor vai muito para além das poupanças energéticas obtidas.

Sofia Santos: Essa geração de valor provém do aumento da produtividade resultante da combinação de fontes de energia renovável e a existência de equipamentos mais eficientes quer no uso da energia quer na utilidade final que essa energia tem na

contribuição para o PIB.

À luz deste projeto, em que patamar de preparação e resposta acreditam que vão chegar as empresas portuguesas em 2030?

António Alvarenga: Temos muitos motivos para estar otimistas. Há uma geração de empresários e gestores com uma renovada capacidade de “olhar para o mundo a partir de Portugal” e de entender,

na prática, a importância da colaboração para a inovação e definição estratégicas. São empresários e gestores que percebem bem as qualidades do nosso país - talento, estabilidade, segurança, qualidade de vida, entre outras - e o reconhecem como uma boa base para projetos transnacionais alinhados com as transformações globais em curso.

Sofia Santos: O “Meet 2030” vai ajudar o país a ter uma visão para o futuro. ●

PUB

Atestado do Imóvel pelo Bureau Veritas dá mais confiança ao seu cliente



O *Atestado do Imóvel* é um documento emitido pelo **Bureau Veritas** em obras mediadas e que foram acompanhadas pelos seus técnicos, verificando a boa execução das mesmas.

O **Bureau Veritas** presta uma ampla gama de serviços de auditoria, inspeção e peritagem, nomeadamente:

- Cobertura e Fachadas;
- Fundações e Estrutura;
- Elevadores;
- Telecomunicações;
- Climatização;
- Instalações de Gás;
- Certificação Energética de Edifícios;
- Construção Sustentável (LEED, BREEAM, GREEN RATING);
- Acústica;
- Qualidade do Ar Interior.

Bureau Veritas Portugal
www.bureauveritas.pt
info@pt.bureauveritas.com
707 200 542

Move Forward with Confidence



ENTREVISTA JOÃO PAULO GIRBAL, Presidente da ADENE - Agência para a Energia

“Eficiência energética não foi tema prioritário até década de 90”

Ao analisar a evolução do peso da eficiência energética no nosso país, o presidente da ADENE assinala os momentos de viragem e mostra-se convicto de que existem muitas oportunidades por explorar.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Que leitura faz da evolução da importância da eficiência energética em Portugal?

O conceito de eficiência energética é algo que nos habituamos a associar com o ato de poupar. No entanto, muitas vezes, a ideia de poupar energia está incorretamente associada a uma redução do conforto e à consequente perda de qualidade de vida. Por exemplo, se não ligarmos o aquecimento no inverno, não usufruímos de uma habitação devidamente aquecida, logo, iremos perder conforto. Se desligarmos uma em cada três lâmpadas na rua iremos consumir menos energia, mas não estaremos a ser energeticamente eficientes. Podemos evitar estas situações, recorrendo a tecnologias e processos que evitam o desperdício de energia e ao mesmo tempo permitem obter o nível de conforto adequado às diferentes situações. A eficiência energética não foi um tema prioritário para o cidadão comum até à década de 90, altura em que com a publicação do primeiro regulamento de eficiência energética, é atribuída a devida importância ao consumo de energia nos edifícios. Na Indústria e nos grandes edifícios de serviços e/ou hotelaria, a noção de eficiência energética está diretamente relacionada com os custos e a rentabilidade do próprio negócio, tendo havido sempre uma maior preocupação.

A chegada da etiqueta energética nos eletrodomésticos foi um ponto de mudança para a generalidade dos cidadãos. E só em 2006 com a implementação da nova legislação do SCE (Sistema de Certificação Energética dos Edifícios) se começou a perceber a importância da racionalização dos consumos de energia em casa. Atualmente em Portugal, no ano que o Sistema de Certificação Energética de Edifícios sob a gestão da ADENE completa 10 anos, estão

emitidos 1.250.000 certificados energéticos de edifícios.

Que lacunas urge colmatar quer pelas empresas (nos mais diversos setores de atividade), quer pelos cidadãos?

Existem muitas oportunidades para fazermos mais, quer no setor empresarial quer na habitação particular, para potenciar a temática da eficiência energética. Nas empresas, racionalizando o consumo e promovendo o uso de energias renováveis, pode verificar-se uma clara redução no custo da energia. Através da utilização de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) nos edifícios, podemos introduzir a pos-

sibilidade da monitorização de consumos em tempo real, obtendo uma melhor perspetiva dos gastos, e possibilitando uma atuação mais eficaz na redução do consumo.

Na habitação particular, é necessário apostar na consciencialização dos proprietários, não só no que respeita ao potencial de poupança na fatura de energia, mas essencialmente nas mais-valias que a eficiência energética proporciona num maior conforto nas casas e nos benefícios para a saúde dos seus ocupantes. A preocupação da ADENE é equipar os consumidores com ferramentas que lhes permitam aceder à informação certa por forma a fazerem as melhores escolhas no que respeita às mais adequadas soluções de eficiência energética.

E quanto à evolução no Estado, o que está ainda por resolver ou melhorar?

No setor Estado existe um enorme potencial de redução dos consumos de energia, tanto no setor dos edifícios como nas frotas, sendo que o setor público representa cerca de 8% do total de consumo de energia elétrica nacional, dos quais 3,2% dizem respeito à iluminação pública. Esse potencial é evidente também na alocação dos fundos comunitários, para o período 2014-2020, estando destinados 200 milhões de euros para projetos de eficiência energética na Administração Central e cerca de 180 milhões de euros para a Administração Local. Nos últimos dois anos tem aumentado o número de entidades públicas que recorre aos contratos de gestão de eficiência energética para implementar projetos, sendo que neste aspeto em particular os municípios têm liderado o processo, com investimentos relevantes na iluminação pública.

Tendo em conta a dimensão do desafio, a ADENE está a desenvolver uma campanha de sensibilização destinada à Administração Pública, com o objetivo de potenciar a obtenção de economias de energia, es-

tando planeado o lançamento em simultâneo com a campanha do “Barómetro de Eficiência Energética”, que tem como objetivo dotar os gestores locais de energia de uma ferramenta de gestão que lhes permita identificar o potencial de intervenção em cada um dos edifícios.

A nova equipa acaba de apresentar três novos projetos. Em que consistem? Quais são as principais metas?

Temos em desenvolvimento três novos projetos interligados: a plataforma “Poupa Energia” ou “Operador Logístico de Mudança de Comercializador” (OLMC) que é uma forma de comunicação multicanal com o consumidor de energia, para que este tenha acesso a informação transparente sobre as diferentes ofertas disponíveis nos mercados liberalizados de eletricidade e de gás natural e assim poder proceder, de uma forma esclarecida, à mudança de comercializador; o “Centro de Informação para a Energia” que pretende dar a conhecer ao público em geral, em particular aos cidadãos e a todos os consumidores de energia, uma visão integrada do setor, contribuindo assim para a literacia energética da sociedade civil. Pretende-se que este processo de aprendizagem ocorra de forma interativa, dinâmica e com a participação dos cidadãos, envolvendo a adoção de meios tecnológicos avançados para concretizar demonstradores e simuladores, utilizando o que está disponível de mais recente em realidade virtual e aumentada; e ainda através do “Observatório da Energia”, que pretende colocar à disposição do público em geral, dos decisores políticos e dos investigadores, um instrumento de avaliação de políticas, de divulgação de informação e de promoção do conhecimento científico, em parceria com instituições universitárias e de investigação, assegurando a transparência, o rigor e a informação atualizada dos temas do setor. ●



A eficiência energética não foi um tema prioritário para o cidadão comum até à década de 90”.





José Manuel Ribeiro

OPINIÃO

A ciência na eficiência



RITA SOUSA

Professora na Universidade do Minho

A eficiência energética é muito mais que a realização de tarefas utilizando menores recursos energéticos. É, ela própria, um recurso que permite aos países atingirem os seus objetivos climáticos, económicos e sociais, da forma mais sustentável, mas, infelizmente, ainda não suficientemente explorado.

O problema reside numa falha já teorizada, das que muito apazem os analistas das decisões económicas individuais, conhecida como o *gap* da eficiência energética, ou, a falha dos consumidores em tomarem medidas que se traduzem numa real poupança de dinheiro. Desde os anos 80 que este problema é escrutinado tanto na psicologia da ação económica, como nos jornais de

economia ambiental e energia, e até já teve direito a uma troca de artigos nos media sobre uma opinião de Krugman, ambientalista e nobel da economia, que nota a existência de inúmeras oportunidades de reduzir os consumos de energia.

O *gap* referido está relacionado com a evidência de que muitas normas sociais precisam de ser ativadas, como é o caso da conservação de energia. Essa ativação é feita através de fatores pessoais e situacionais, e, muitas vezes, é inconsciente. Mas, após ativada a norma, as pessoas tendem a segui-la. É fácil perceber isto na questão da separação do lixo, que após duas gerações se torna norma social. Mais difícil está a ser com a eficiência energética pois, se por um lado requer investimento, por outro, não é algo que se acumule à vista de todos, mas apenas nas contas da eletricidade, gás ou gasóleo.

Uma das grandes medidas de ativação da eficiência energética é a fatura inteligente, que mostra informação dinâmica como o consumo em tempo real, facilidades de cálculo de ajuste tarifário, e conselhos de investimento em renováveis, por

exemplo. De facto, ter consciência do consumo de energia é o primeiro passo para a eficiência. Nesta linha, uma das medidas previstas pela União Europeia para atingir 27% de poupança no uso de energia, em 2030, é o acesso fácil aos dados sobre esse uso e outra é o investimento em contadores inteligentes.

Reconhecidamente, os problemas de eficiência energética são das questões ambientais de solução mais complexa, e exigem ação coordenada entre regulação, incentivos financeiros e campanhas educacionais.

Para terminar, nestes dias em que se põem pais e mães aos desenvolvimentos tecnológicos, deixo o tributo a Arthur Rosenfeld, que morreu no passado mês de janeiro. Conhecido “Pai da Eficiência Energética”, lançou os requisitos para poupanças de energia em edifícios e equipamentos nos anos 70. Em vez de um minuto de silêncio, gastemos dez minutos a refletir sobre as últimas dez contas da eletricidade, as janelas, lâmpadas e outros equipamentos que tenhamos em casa, e consideremos o possível investimento em conservação e poupança. ●

OPINIÃO

Futuro eficiente passa pela empresas



RICARDO LOPES FERRO

Director Executivo
Bureau Veritas PORTUGAL

“[Em 2015], o mundo estabeleceu dois novos recordes: o investimento global em energia renovável foi o mais alto de sempre e, pela primeira vez, mais da metade da nova capacidade eléctrica do mundo veio de fontes limpas”. Estas foram palavras do anterior presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao público de ministros da Energia de todo o mundo, na 2016 Clean Energy Ministerial (CEM), em San Francisco, EUA. O mundo está pronto para a mudança. Em setembro, o presidente chinês, Xi Jinping, fez história ao ratificar o Acordo de Paris assinado na COP21, sendo seguido pelos EUA – os dois maiores emissores de gases de efeito estufa. Mas, como o presidente Obama reconheceu, este é um objectivo que os governos não podem alcançar sozinhos.

Os líderes empresariais têm um papel a desempenhar e têm um ins-

trumento que os pode auxiliar neste desafio: a ISO 50001. Com duplo benefício: por um lado, o aumento da adopção da Norma pode significar uma redução das emissões de CO2 equivalente à remoção de 215 milhões de veículos de passageiros da estrada até 2030; por outro, adoptar a Norma faz sentido empresarial, com economias de energia previstas de 560 mil milhões de euros.

Não é surpresa, portanto, que muitos países vejam a ISO 50001 como uma ferramenta estratégica, tornando-a parte integrante das políticas energéticas. Há governos que estão a ser pró-ativos, permitindo descontos fiscais, acesso a financiamento para I&D e outros incentivos para mobilizar as empresas.

A ISO 50001 oferece às organizações um quadro para integrar a eficiência energética nas operações diárias, garantindo recursos para a continuidade e resiliência dos negócios, adaptação à mudança e preparação para preços voláteis de energia e recursos energéticos não-convencionais e intermitentes.

Um programa do Departamento de Energia dos EUA, por exemplo, demonstrou que as instalações que usam o padrão superaram as que não o atingiram em até 65%. E isso não é apenas verdade nos países desenvolvidos: espera-se que o Programa Na-

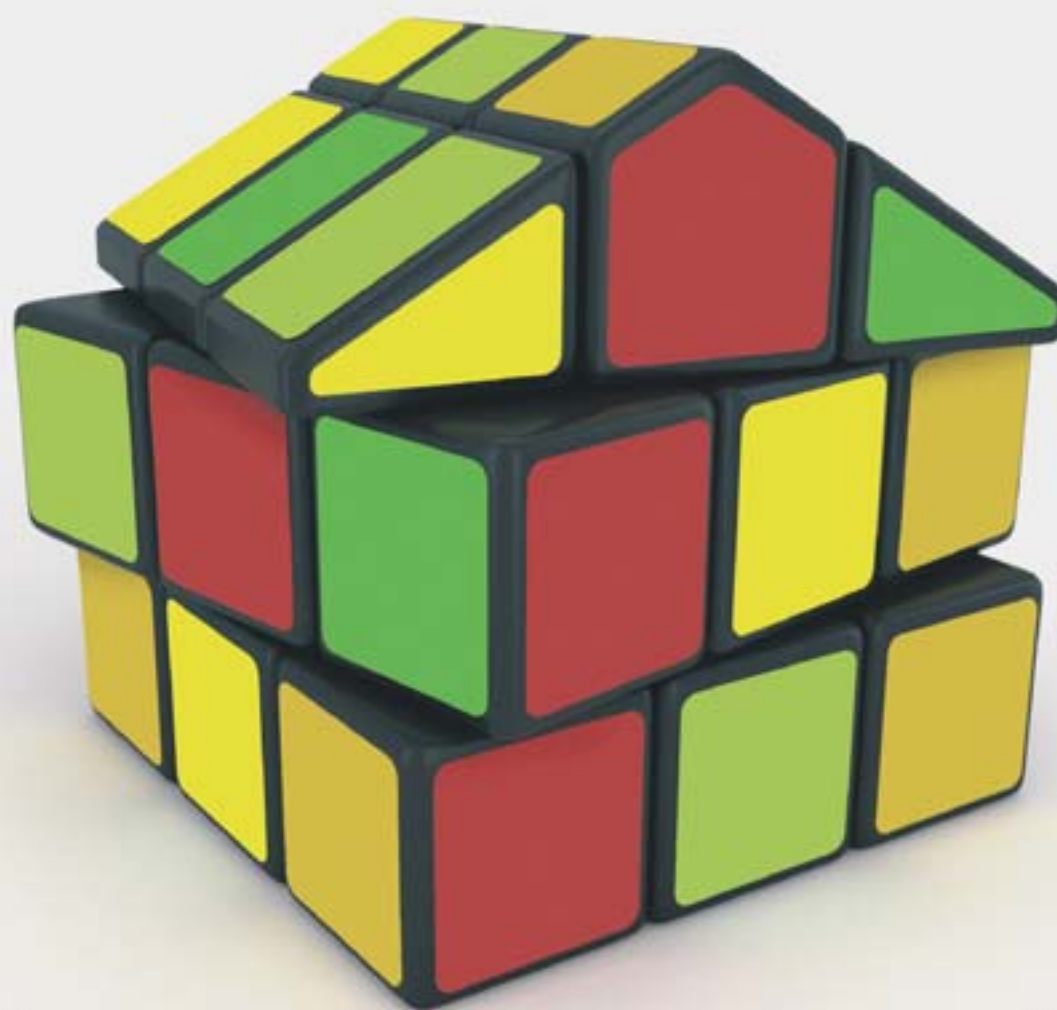
cional para o Uso Sustentável da Energia no México reduza em 25% o consumo de electricidade e em 37% o de gás natural em dois anos. É, também por isso, que a ISO 50001 é uma poderosa ferramenta para ajudar os países a cumprir os compromissos do Acordo de Paris.

A ISO 50001 ajuda a estabelecer uma cultura de economia de energia nas organizações, permite priorizar a análise nos custos de energia e investimento, fazer economias e concentrar nos consumos de energia e gestão de dados. Frequentemente não é necessário investir em soluções complexas, mas simplesmente encontrar formas mais eficientes de lidar com os problemas.

Acima de tudo, a ISO 50001 capacita organizações individuais. “Vivendo num mundo de incerteza, as empresas não podem controlar os preços, as políticas governamentais ou a economia global, mas podem melhorar a forma como gerem a energia”, diz Roland Risser, presidente do comité técnico da ISO (TC 242). Os benefícios são óbvios: melhor uso de recursos e activos e menos custos e consumo. Para não mencionar o bônus adicional de deixar o mundo saber que estão ajudando a tornar nosso planeta um lugar mais sustentável. Todos ganhamos. ●

Certificação Energética Bosch

Vender ou arrendar casa é um desafio. A Bosch ajuda a resolvê-lo.



www.bosch-certificacao-energetica.pt

Para pedir um orçamento
grátis ligue para:

808 100 023

Para arranjar uma solução é sempre necessário identificar o desafio. E é por isso que existe a **Certificação Energética Bosch**. Para além de identificarmos a classe energética do seu imóvel, ainda o ajudamos a valorizar, vender ou arrendar a sua casa. Tudo isto graças a uma equipa com mais de 60 peritos espalhados pelo país e um avançado serviço de apoio ao cliente com uma linha dedicada. Garantimos ainda a transparência na oferta e a máxima rapidez e facilidade do processo, desde o pedido ao pagamento, com uma entrega do certificado num prazo de 5 dias após a auditoria.
Com a Bosch, tudo se torna mais simples.



BOSCH
Tecnologia para a vida